

LIBROS RELEGE, VOLVE, LEGE

MÁRIO J. FREIRE DA SILVA
TIAGO C. P. DOS REIS MIRANDA
(COORD.)

O LIVRO ANTIGO
NA BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO



*LIBROS
RELEGE,
VOLVE,
LEGE*

O LIVRO ANTIGO
NA BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO

MÁRIO J. FREIRE DA SILVA
TIAGO C. P. DOS REIS MIRANDA
(COORD.)

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Libros Relege, Volve, Lege.

O livro antigo na Biblioteca do Exército

EDIÇÃO

Exército Português / Direção de História e Cultura Militar / Biblioteca do Exército

PARCERIA

Universidade de Évora / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS)

COORDENAÇÃO

Mário J. Freire da Silva

Tiago C. P. dos Reis Miranda

TEXTOS

Adelino de Matos Coelho

Ana Isabel Buescu

Berta Torrado

César Freitas

Fernanda Maria Guedes de Campos

Francisco José Corrêa-Martins

Henriqueta Santos

Ilídio Salteiro

Jaime Ferreira Regalado

José António Crespo-Francés y Valero

José Paulo Ribeiro Berger

Luciana Villas Bôas

Maria Filomena Gonçalves

Mário J. Freire da Silva

Paula Almeida Mendes

Paulo Dias

Pedro de Brito

Pedro Soares Branco

Tiago C. P. dos Reis Miranda

Vítor Gil Prata

Zulmira Santos

REVISÃO DO TEXTO

Rui Centeno

Tiago C. P. dos Reis Miranda

CATALOGAÇÃO

Berta Torrado

António Rodrigues

ÍNDICES

Berta Torrado

Henriqueta Santos

REVISÃO DA CATALOGAÇÃO E DOS ÍNDICES

Berta Torrado

Henriqueta Santos

sob a supervisão de

Fernanda Maria Guedes de Campos

Tiago C. P. dos Reis Miranda

DIGITALIZAÇÃO DAS OBRAS E DAS IMAGENS

Diogo Branco

Luís Amaro

Rui Tomás

Sandra Azevedo

CONSERVAÇÃO E RESTAURO DAS OBRAS

João Amorim

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

AGIR – Produções Gráficas

TIRAGEM 500 exemplares

ISBN 978-972-8347-24-6

DEPÓSITO LEGAL 441443/18

IMAGEM DA CAPA

A partir de Sébastien Münster – *Cosmographiae universalis lib. VI...* Basileae: Henrichum Petri, 1550 [34], retrato do autor no verso da folha de rosto.

Lisboa, junho de 2018

© Biblioteca do Exército



Direção
de História e
Cultura Militar



Biblioteca
do Exército

PARCERIA



CIDEHUS
Centro Interdisciplinar
de História, Culturas e Sociedades
da Universidade de Évora

CIDEHUS - UID/HIS/00057/2013
(POCI-01-0145-FEDER-007702)



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



PORTA IANVA
DE LINGVAS LINGVARVM
OV SIVE

MODO MVITO AC-
commodado para as entender publi-
cado primeiro com a tra-
dução Espanhola.

AGORA ACRESCENTA-
da a Portuguesa com numeros interliniaes,
pelos quaes possa entender sem mestre estas
linguas o que as não sabe, com as raizes
da Latina mostradas em hum compendio
do Calepino, ou por melhor do Tesouro pa-
ra os que a querem aprender, e ensinar
brevemente, e para os estran-
geiros que desejão a Por-
tuguesa, e Espa-
nhola.

Autor Amaro de Roboredo Portu-
guês.

AO ILLVSTRISS.
S. D. Francisco de Ca-
stelbranco Conde de
Sabugal &c.

Meirinho mór nos
reinos de Portugál:

Alcaide mór de San-
tarém &c.



MODVS MAXIME
accommodatus ad eas intelligen-
das prius in lucem editus
cum versione Hispanica.

NVNC ADDITA LVSITA-
nica cum numeris interpositis, quibus
has linguas possit sine magistro intel-
ligere qui eas nescit cum radicibus La-
tinæ in Calepini, vel potius Thesauri
compendio demonstratis eandem bre-
viter discere, ac docere volenti-
bus, & externis Lusitani-
cam, & Hispanicam
cupienti-
bus.

Autore Mauro de Roboredo
Lusitano.

ILLVSTRISS.
D. D. Francisco de
Castelbranco Comi
ti de Sabugal &c.

In Portugallię
regnis Maiorino
maiori:

Scalabensis arcis
præfecto, &c.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A TRÍADE CODIFICADORA

MARIA FILOMENA GONÇALVES¹

AS LÍNGUAS E A TRÍADE CODIFICADORA



As línguas ocidentais registaram um processo de «gramatização»² que se traduziu na padronização dos usos, processo que, em geral, coincidiu com momentos históricos – veja-se a expansão ultramarina, no caso português – em que a língua materna já adquirira um tal capital simbólico e identitário que, em contraponto à variação intrínseca a qualquer língua, se tornava vantajoso (imperativo até) dar certa uniformidade à escrita. Para a gramatização dos vernáculos cooperou, sem dúvida, o aparecimento da técnica de imprimir, que, mais ainda, demandava uma regulação no plano gráfico. Assim se valorizavam as línguas modernas, elevando-as ao patamar de prestígio anteriormente reservado ao latim. No contexto do humanismo, movimento cultural que significou não só uma nova cosmovisão mas também uma «consciência linguística» (BUESCU 1984; GIFRE e PIÑOL 1996), o aparecimento de gramáticas e de vocabulários, primeiramente bilingues – latim-português e vice-versa (VERDELHO 1995) – e depois monolíngues, manifesta a valorização e defesa dos vernáculos (a chamada *Questione della Lingua*), apoiando tais obras a exercitação retórico-literária e o ensino-aprendizagem das línguas. Ora, quer as gramáticas, quer os vocabulários (dicionários), ao proporcionarem ao consulente referências/modelos para o exercício linguístico, são géneros textuais dotados de um evidente carácter didático. O mesmo se observa em relação à «ortografia», parte da gramática que, dada a especificidade da sua matéria, motivou a elaboração de tratados autónomos para prescrever uma norma gráfica (critérios, regras e exemplos de aplicação).

Estes três géneros textuais constituem a chamada «tríade codificadora»: a ortografia fixa a norma gráfica; a gramática fornece o padrão (norma) para distintos níveis do sis-

¹ Universidade de Évora, ECS/DLL; CIDEHUS-UE/FCT-UID/HIS/00057/2013 – POCI-01-0145-FEDER-007702.

² Cunhado por Maria Leonor Buescu para denominar a técnica de transposição/descrição de uma língua mediante um artefacto conhecido como «gramática», este termo foi depois difundido, em francês («grammatization»), por Sylvian Auroux e pelos autores da Historiografia Linguística de inspiração francesa.

tema (sons, palavras e orações/frases); o dicionário alfabetado, define e descreve o uso das unidades lexicais. Na medida em que os três respondem a problemas do mesmo processo, revelando as diversas funções da escrita – sociais, culturais e simbólicas – e cooperando, em conjunto, para a constituição de uma memória textual em vernáculo, a relação entre estes três géneros é natural e estreita (VERDELHO 2001: 75-76).

A TRÍADE CODIFICADORA NA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

GRAMÁTICA

O género conhecido como «gramática» é um instrumento de codificação linguística cuja origem se encontra na Grécia antiga, onde a palavra *grammatiké* (gr. *gramma*, «letra») significava «ciência das letras», estando o termo, por isso, geneticamente associado à representação escrita da língua. Tal como sublinha Auroux (1992: 20), para a gramatização foi determinante, numa fase bem anterior, o aparecimento da escrita, já que significou um «processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior». Ora, é entre os Gregos que, no contexto da reflexão filosófica em torno das relações entre linguagem humana e pensamento, a gramática irá adquirir uma explicitação metalinguística, feição que a caracteriza até hoje, pois, na gramática, a língua torna-se metalíngua (instrumento descritivo e objeto de análise) para identificar e nomear as categorias ou classes de palavras³. Sem esquecer os contributos de Zenódoto, Aristófanes e Aristarco, nem os de Platão e Aristóteles, a obra fundadora da tradição ocidental é a *Téchne Grammatiké*, de Dionísio, o Trácio (Alexandria, 170 a.C. - 90 a.C.), o «verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade (NEVES 1987: 115), conquanto aquele tratado ainda não incluisse a sintaxe, centrando-se em aspetos que, de acordo com a classificação moderna, são de cariz fonético (sons e sílabas) e morfológico (classes de palavras). Ao nome de Dionísio acrescenta-se o de outro alexandrino, Apolónio Díscolo, autor da primeira obra dedicada à sintaxe (NEVES 1987: 117-118), domínio que viria a integrar o arcabouço gramatical.

Embora no seu remoto significado etimológico, em grego, a palavra gramática remetesse para a representação escrita (letras), por força da reflexão em torno dos elementos constitutivos da língua e da necessidade de pautar não apenas a escrita como também outros âmbitos do funcionamento linguístico, o termo «gramática» acabaria por abranger

³ Dionísio distingue já as seguintes nove classes: nome, verbo, conjunção, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção (NEVES 1987: 116).

aspectos de várias naturezas, tratados em distintas «partes da gramática», a saber: a «prosódia» (sons, sílabas e acentos), a «ortografia» (letras), a «etimologia»⁴ (classes de palavras) e a «sintaxe» (orações). Adaptando-a ao latim, os Romanos deram continuação à invenção grega, mas, «num salto qualitativo» (BUESCU 1984: 11), conferiram à gramática uma dimensão de «norma», mais tarde assimilada por outras línguas, o que explica a atribuição de uma origem greco-latina à «gramática tradicional», ancorada nessa matriz, uma vez que o essencial da sistematização e arquitetura da gramática ocidental estriba no artefacto inicialmente elaborado pelos Gregos e, depois, funcionalmente reorientado pelos Romanos, responsáveis pela difusão deste instrumento normativo. Na Idade Média, enquanto as línguas românicas acediam à escrita – a emergência do português escrito, à luz dos dados atuais (MARTINS 1999, 2001), situa-se em torno de 1175⁵ –, a tradição gramatical continuava a ser latina, vindo depois a fornecer o molde em que serão vertidas as línguas vernáculas europeias. Quando estas entram em processo de «gramatização» – equivalente, segundo Aurox (1992), a uma «revolução tecnológica», vale dizer, à apropriação de um artefacto greco-latino que permitia captar as regularidades (norma) desses idiomas, tornando-os, assim, hábeis para o ensino-aprendizagem –, esses vernáculos passam a servir de metalínguas e a ter instrumentos de descrição/codificação denominados «gramática». O surgimento de gramáticas vernáculas revestiu-se de enorme valor simbólico, sendo tomado, por isso, como um dos marcos da periodização da história das línguas, como se observa no caso português: a data da gramática de Fernão de Oliveira (1536), a primeira da língua portuguesa, costuma servir de «marco inicial» do «período clássico» (CASTRO 2006: 185), separando-o do período anterior («português médio»). Assumem, assim, enorme valor as gramáticas humanísticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), pioneiros da gramaticografia portuguesa, a cujas obras se seguiram muitas outras, algumas das quais enriquecem o espólio da Biblioteca do Exército.

Entre as mais antigas e relevantes obras metalinguísticas à guarda desta instituição, contam-se o *Methodo gramatical para todas as linguas* (1619) [226] e a *Porta de Linguas* (1623) [227], ambas de Amaro de Roboredo (c. 1580-c. 1653), autor que, ao arripio das práticas vigentes em Portugal, alinhava com as ideias pedagógicas e linguísticas que então já circulavam na Europa. Se, por um lado, ia na esteira dos pressupostos da *Ianua Lingua-*

⁴ Como parte da gramática, a «etimologia» trata da identificação e taxonomia das classes, não do estudo dos étimos das palavras.

⁵ A documentação descoberta nos últimos anos, em concreto a chamada «Notícia de Fiadores» (MARTINS 1999, 2001), localizada no IAN/TT, CR, maço 2, n.º 10 mas procedente do Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto, distrito do Porto), permitiu rever a datação. Entre esse documento e a primeira gramática da língua portuguesa (Fernão de Oliveira, 1536) medeiam mais de trezentos e cinquenta anos.

rum (1611)⁶, do jesuíta irlandês William Bathe (1564-1614)⁷, por outro, Roboredo acolheu o racionalismo do espanhol Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) – conhecido como «Sanctius» ou «Brocense» (PONCE DE LEÓN 2002) –, propugnando que o estudo da língua materna, por facilitar e amenizar o acesso ao latim, deveria preceder o ensino deste (KOSSARIK 2002; ASSUNÇÃO e FERNANDES 2007; SCHÄFER-PIRISS 2015). Roboredo destaca-se, com efeito, pelo valor pedagógico conferido à língua dos aprendentes mas também por ter criado, como bem sublinha Schäfer-Priess (2015: 41), «um método completo e coerente para a aprendizagem de línguas estrangeiras» que sobressai quer no contexto português, quer no europeu, uma vez que o gramático português propõe, no conjunto das suas obras⁸, um verdadeiro «programa doutrinal» para o ensino de línguas. Um terceiro título de Roboredo enriquece igualmente os fundos da Biblioteca do Exército: *Raizes da lingua latina mostradas em hum trattato e dictionario* (1621) [228].

Na gramaticografia do século xvii avultam principalmente os textos latinos e bilingues (português-latim), mas a produção monolíngue (português) aumentará significativamente à medida que o século avança e, sobretudo, na centúria seguinte, notando-se que a língua materna preenche mais espaço nas obras metalinguísticas. Contudo, até meados do século xviii o ensino era praticamente monopolizado pelos Jesuítas, cuja pedagogia privilegiava o latim e seus «cartapácios»⁹, pelo que não abundam as gramáticas exclusivamente em português, facto que torna ainda mais relevantes as então publicadas, inclusive as impressas fora de Portugal. É o caso das obrinhas vindas a lume em Trangambar (sudeste da Índia, costa de Coromandel): *Primeira parte da Grammatica portugueza: convem a saber as conjugacoes dos verbos regulares e irregulares: para uso da escola portuguesa de Trangambar* (1725) [1129] e *Quarta parte da Grammatica portugueza: convem a saber hum Vocabulario em Portuguez e Malabar que contem os Nomes, Verbos e Adverbios de ambas as Lingoas, que são mais usados no trato cotidiano, e dos quaes os Vocabulos Malabares*

⁶ Publicada em Salamanca (*apud Franciscum de Cea Tesa*), Roboredo terá conhecido esta obra bilingue (latim-espanhol) no Real Colegio de Nobles Irlandeses. Contém «um tratado de carácter linguístico e sentenças didácticas» (KOSSARIK 2002: 12), dela existindo versões em várias línguas.

⁷ Sobre o pensamento deste autor, veja-se: Ó Mathúna (1986).

⁸ Roboredo é também autor das seguintes: *Verdadeira grammatica latina, para se bem saber em breue tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina* (1615) e *Recopilaçam da gramatica portuguesa e latina* (1619).

⁹ Nos meados do século xviii, registou-se precisamente uma polémica entre os pedagogos inicianos («alvaristas», isto é, defensores da gramática latina do Pe. Manuel Álvares) e os Oratorianos («anti-alvaristas»), que propunham um *Novo methodo de grammatica latina*. No confronto interveio Francisco Duarte, com o *Anti-prologo critico e apologetico, no qual á luz das mais claras razões se mostram desvanecidos os erros, descuidos e faltas notaveis que no insigne Padre Manoel Alvarez presumiram os R. R. auctores do «Novo methodo de grammatica latina» [...]* (1753). Este texto consta dos acervos da Biblioteca do Exército [587]. A mando do Marquês de Pombal, os manuais da Companhia foram proibidos e até queimados em praça pública.

vão impressos com o caracter Tamul, e juntamente com letra Portugueza (1731) [1140], ambas impressas na «officina da Real Missão de Dinamarca»¹⁰.

Estes textos são inequivocamente representativos quer da importância do português e da sua aprendizagem na Índia, quer do contacto entre culturas e línguas distintas (VERDELHO 2008; ZWARTJES 2011), convívio que está na base da produção de materiais interlinguísticos (gramáticas, vocabulários...)¹¹. Incluído na *Quarta Parte da Grammatica Portugueza*¹², o «Vocabulário portuguez malabar»¹³ é um bom exemplo dessa produção. Uma curiosa coincidência: 1725 é o ano em que sai do prelo a *Grammatica Portugueza, Espelho da Lingua Latina*¹⁴, de Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), obra emblemática, a vários títulos, da gramaticografia setecentista, porquanto nela se defende o ensino da língua materna, apontando-se, por um lado, a variedade «estremenha» (da Estremadura) como «padrão» e, por outro, os traços característicos dos dialetos portugueses.

A proibição dos manuais inicianos – a gramática latina de Manuel Álvares e também a *Prosódia* de Bento Pereira (cf. *infra* 2.3.) – e o consequente vazio de materiais pedagógico-didáticos levaram em 1770, à imposição, por alvará régio, de uma gramática de referência (a de António José dos Reis Lobato) para o ensino da língua materna, obra que, apesar das reformas

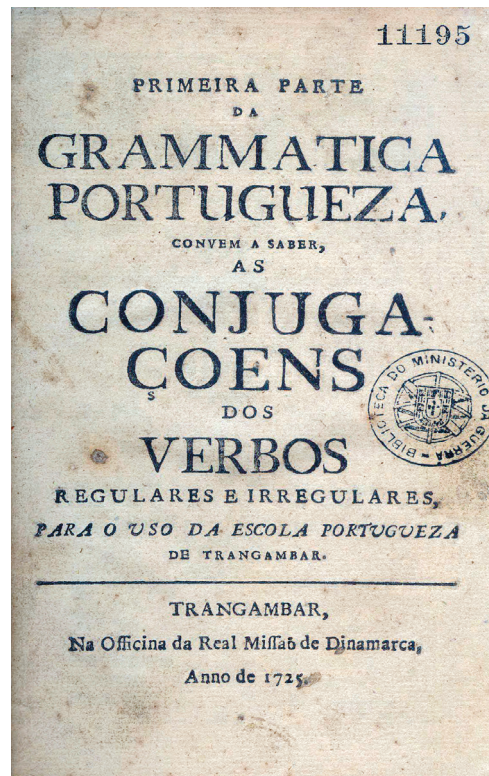


FIG. 1 PRIMEIRA PARTE DA GRAMMATICIA PORTUGUEZA 1725 [1129], folha de rosto.

¹⁰ Embora o nome não figure no frontispício das obras, Nicolau Dal é o autor destas e de outras partes da gramática portuguesa (segunda parte, em 1726; terceira parte, em 1727). A primeira e a segunda partes constam do rol bibliográfico reunido por Simão Cardoso (1994); porém, sem menção da biblioteca em que estas obras estão disponíveis.

¹¹ Na Biblioteca do Exército, existem outros exemplos desta produção interlinguística. Veja-se: *Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza e latina, composto por Fr. Bernardo Maria de Cannecattim* (1804). Cota: 7685 BE.

¹² Das 72 páginas deste opúsculo, quatro (páginas 3 a 7) tratam da «Pronunçiam da Lingoa Portugueza. As Letras», cuja descrição se apoia na comparação com o valor dessas «letras» em várias línguas europeias: francês, castelhano, inglês, italiano, alemão («tudesco»), dinamarquês e flamengo. O vocabulário bilingue (português-malabar) ocupa as restantes páginas.

¹³ Centrando-se na produção dos missionários (portugueses e outros) na América, em África e no Oriente, Otto Zwartjes (2011) tem estudado essa produção interlinguística de maneira exaustiva e magistral.

¹⁴ Trata-se da segunda impressão («muito accrescentada e correctá»). A primeira, de 1721, foi publicada sob o pseudónimo de Caetano Maldonado da Gama. Sobre as duas edições, veja-se: Kemmler (2012).

introduzidas no ensino durante a primeira metade do século XIX, registou reimpressões pelo menos até 1869¹⁵.

Se o notável trânsito editorial da «Lobata» se deveu, primeiro, à recomendação régia e, depois, ao próprio conservadorismo dos métodos de ensino, também o êxito da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), poderá atribuir-se, por sua vez, ao facto de ela ter a chancela da Real Academia das Ciências mas também aos seus reconhecidos méritos doutrinários no contexto das gramáticas de idêntica linhagem (filosófica), aspetos que, em conjunto, certamente contribuíram para a grande receção da obra de Soares Barbosa, consoante atestam as várias edições até 1881, data da sétima, que é, precisamente, a que se encontra nos acervos da Biblioteca do Exército.

O vínculo entre linguagem e lógica/razão é a trave-mestra em que assenta o ideário exposto na *Grammatica Philosophica*, obra em que se nota a receção quer da *Grammaire générale* (Paris, 1660), de Lancelot e Arnauld, quer a da *Logique*, de Arnauld e Nicole (Paris, 1662), e, ainda, a de outras fontes (TORRES 2004: 16-25), influências que redundam num evidente hibridismo doutrinário. Contudo, a reimpressão de uma gramática de cunho filosófico ou geral, baseada em princípios e categorias universalizantes, num período do século XIX – décadas de 70 e 80 – em que as mudanças epistemológicas introduzidas pelo positivismo e pelo historicismo tinham já repercussão na gramática escolar (veja-se a de Epifânio Dias), revela a coexistência dos dois paradigmas. Todavia, na obra de Soares Barbosa, apesar da tendência universalizante inerente a uma «gramática geral», sobressai a atenção concedida à realidade concreta da língua

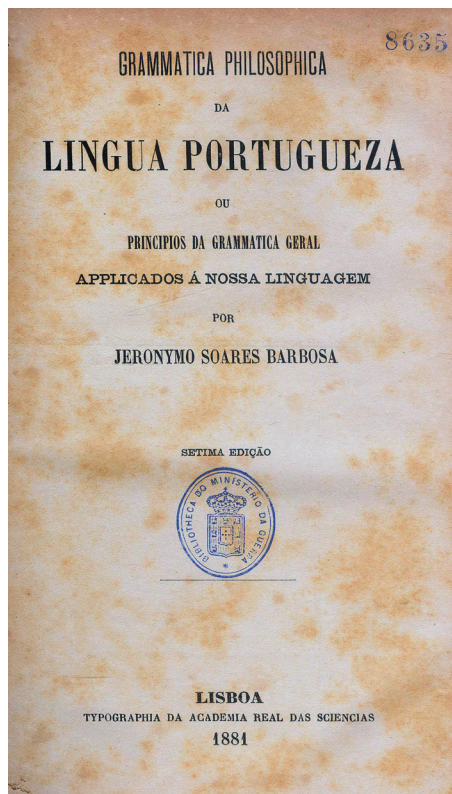


FIG. 2 BARBOSA 1881, folha de rosto. Fonte: 8635-12-7 BEP.

¹⁵ Antes do final do século, à de Lobato juntar-se-iam as gramáticas de Barbosa Bacelar (1783), Pedro José da Fonseca (1799) e Pedro José de Figueiredo (1799).

(o *usus*), o que torna esta gramática filosófica particularmente atrativa no contexto das congêneres.

Antes da publicação da sétima edição da gramática barbosana, tinha vindo a lume a *Grammatica portugueza elementar*, de Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), obra que contribuiu para a difusão, em contexto escolar, do método «glotológico», afinado com as conceções linguísticas que F. Adolfo Coelho (1847-1919) tinha exposto, pela primeira vez, em 1868, na *Lingua Portugueza*. Com efeito, a *Grammatica practica da lingua portugueza* (título da primeira edição, de 1870, da obra de Silva Dias) veio romper com a tradicional estrutura quadripartida da gramática – «ortoépia», «ortografia», «etimologia» e «sintaxe» –, adotando uma estrutura tripartida («fonologia», «morfologia» e «sintaxe»), que derivava do paradigma linguístico e estava em processo de disseminação em Portugal. Aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Pública¹⁶, a *Grammatica practica* registou várias edições (a segunda totalmente refundida) com títulos adaptados a diferentes níveis de ensino: *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrução primaria*, título das três primeiras edições, e *Grammatica portugueza elementar* (a partir da quarta edição), para corresponder ao curso de português dos liceus. Com este último título, a quinta edição (1882) localiza-se nos acervos da Biblioteca do Exército, onde também existem outras com idêntica vocação didática, se bem que orientadas para diversos públicos e contextos. É o caso da *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores, e coordenada para uso das escolas* (1872)¹⁷, de Bento José de Oliveira (SANTOS 2010: *passim*), obra que expõe usos «autorizados», ou seja, sancionados pelos «bons autores», contando-se entre as gramáticas escolares de maior trânsito e popularidade na segunda metade do século XIX.

Ao contrário da anterior, que se destinava ao público escolar em geral, as *Noções de grammatica portugueza (para o 1.º anno) do curso da classe de sargentos das escolas regimentaes* (1885)¹⁸ visavam um público mais restrito e foram elaboradas para responder às necessidades do curso da «classe dos sargentos», motivo por que a própria exemplificação se adequa ao perfil profissional, social e moral dos aprendentes. Com 92 páginas, as *Noções* apresentam a já referida estrutura em três partes – fonologia, morfologia e sintaxe¹⁹ –, sendo expostos em cada uma os respetivos conceitos/termos fundamentais, seguidos de exercí-

¹⁶ A Junta, que foi criada a 7 de setembro de 1835 para substituir a Junta da Diretoria Geral dos Estudos, tratava de matérias educativas e culturais.

¹⁷ Cota: 9938-27-2 BEP. Inicialmente intitulada *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores* (primeira edição, de 1862), esta obra foi depois adaptada aos programas das escolas. Até 1893, registou 22 edições.

¹⁸ A obrinha teve várias edições, chegando pelo menos à quarta (1897), da qual existe um exemplar nos fundos do Museu Militar do Porto. Cota: 1066-03-E.

¹⁹ No final da obra, apresentam-se algumas informações relativas à «ortoépia» e à «ortografia».

cios. Dadas as características formais e expositivas da obrinha (definições breves, escasso fôlego doutrinal e ausência de explicitação teórica, exposição acessível dos conteúdos) e, ainda, a componente prática (exercícios), estas *Noções* são um bom exemplo de «gramática escolar», elaborada para corresponder a certos níveis de ensino e a públicos específicos.

Além de gramáticas escolares²⁰, na Biblioteca do Museu Militar do Porto localiza-se uma «gramática popular», vale dizer, um texto destinado a quantos, sem frequência do ensino regular, se interessassem pela gramática da língua materna. Publicada na «Biblioteca do

Povo e das Escolas»²¹, coleção criada pelo editor David Corazzi para fomentar a instrução popular, a *Grammatica portugueza* (1882)²² procura condensar, em apenas 64 páginas²³, os pontos essenciais do programa de admissão aos liceus, sendo de realçar o acentuado desequilíbrio entre as três partes da obra – fonologia, morfologia e sintaxe –, visto a última ocupar somente três páginas. Com efeito, embora as gramáticas escolares já então imprimissem maior desenvolvimento à sintaxe (SANTOS 2010: *passim*), esta «gramática popular» privilegia sobretudo a morfologia.

Na Biblioteca do Exército localizam-se, também, os *Elementos de gramática portugueza* (1886), de José Barbosa Leão (1818-1888), médico-cirurgião do Porto que foi o paladino da reforma ortográfica em sentido «sónico». Texto propagandístico do sistema que Barbosa Leão pretendia difundir com

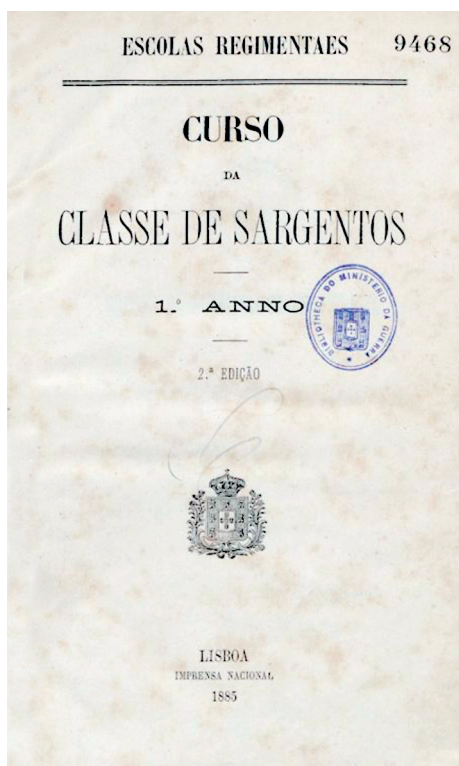


FIG. 3 NOÇÕES DE GRAMMÁTICA PORTUGUEZA 1885, folha de rosto. Fonte: 9468-34-1 BEP.

²⁰ A par destas, encontram-se obras de cariz essencialmente prático. Veja-se: *Lingua portugueza: Exercícios grammaticais* (1892), de José de Portugal. Cota: 7795-16-5 BEP.

²¹ Numa «prevenção oportuna» sobre esta *Grammatica portugueza*, pode ler-se: «Fizemos a diligencia para sermos exactos e claros; sacrificámos a elegancia e a concisão aphoristica das definições ao intuito de tornarmos comprehensíveis sob o ponto de vista práctico as doutrinas que expomos» (1882: 4).

²² Cota: 2849-(8)-8-A BMMP.

²³ Todos os volumes da coleção tinham esta extensão e saíam em formato de bolso, o que terá contribuído, ao menos em parte, para o seu êxito tanto em Portugal como no Brasil.

a cooperação dos professores do ensino primário²⁴, nesta obra avulta mais a «ortografia sónica» (GONÇALVES 2009) do reformista portuense do que propriamente a doutrina gramatical. Idêntica estratégia seguiu João Bonança (1836-1924), outro dos intervenientes na chamada «questão ortográfica». Autor da *Grammatica Portuguesa* (1905), este defendia uma ortografia que, em rutura com a tradição alfabética do português, assentasse na suposta herança «luzitana». Dedicada a «moços» e a «velhos», esta gramática não apresenta uma estrutura canónica, vale dizer, organizada em partes, o que, a par da ortografia proposta, não granjeou ao autor grande êxito.

Ao invés das duas anteriores, a *Gramática portuguesa* (1908)²⁵, de Ulisses Machado (1865-1936), teve enorme recetividade e trânsito no sistema escolar. Destinada ao ensino primário, a obra distingue-se por uma exposição gramatical ajustada à idade dos aprendentes, baseada em exemplos e apoiada em abundantes ilustrações (117), o que, nos inícios do século xx, constituía uma verdadeira novidade pedagógico-didática.

ORTOGRAFIA

A ortografia (do gr. *orthos* + *graphos*, «escrita reta/correta», i.e. correta), como género metalinguístico, visava, por sua vez, a fixação de uma norma gráfica do latim, outra das preocupações codificadoras dos Romanos. Como referido atrás, a oralidade define a língua, cujo processo de aquisição é natural, sendo a escrita, por seu turno, uma sua representação imperfeita, cuja aquisição requer aprendizagem; logo, a secundariedade do plano gráfico (letras/grafemas) em relação ao plano oral (sons/fonemas) determina um sistema de correspondências entre materiais de naturezas muito distintas, com tudo o que isso acarrea. Se a convencionalidade da ortografia é indiscutível porque a escrita, em bom rigor, não é a língua em si mesma, mas tão-só uma representação dela, a configuração dessa ortografia costuma gerar menor consenso – como bem sabemos em Portugal e no chamado «mundo lusófono» –, uma vez que, por um lado, a ortografia não pode reter todos os traços da língua (oral), e que, por outro, esta é fruto de processos de mudança que apenas parcialmente são plasmados na escrita. No caso do português, a ortografia resulta da articulação entre vários critérios, a saber, a pronúncia, a etimologia, a história da língua e o uso (CASTRO *et al.* 1987; GONÇALVES 2003), critérios que deram sustentáculo, em 1911, à unificação e simplificação da primeira ortografia oficial da língua portuguesa, levada a cabo por uma Comissão Orto-

²⁴ Barbosa Leão dedica a obra «Aos Srs. Inspetores e Subinspetores d’Instrução primária e a todos os Srs. Professores primários d’ambos os sexos». A dedicatória exemplifica algumas das soluções propostas na reforma ortográfica da Comissão do Porto, encabeçada precisamente por Barbosa Leão.

²⁵ É a sexta edição de uma gramática que teve mais de trinta, sendo a primeira de 1896.

gráfica nomeada para o efeito²⁶. Assim se pretendia pôr termo à poligrafia que caracterizara a escrita do português ao longo de séculos, existindo, por isso, vários sistemas ortográficos que eram fruto quer de diferentes níveis de instrução ou de visões discrepantes da função social e cultural da escrita quer da preferência ou da fantasia de quem escrevia²⁷. Esses sistemas costumam agrupar-se de acordo com o critério que neles era predominante (GONÇALVES 2003: *passim*): fonéticos/fonetizantes, etimológicos/pseudoetimológicos e mistos (entre eles, a chamada «ortografia usual»). Depois de séculos sem que uma instância ou entidade assumisse um papel regulador (academia²⁸, ministério²⁹...), no último quartel do século XIX surgiram dois partidos ortográficos que privilegiavam, como os próprios nomes indicam, critérios distintos: o dos «sónicos» pugnava pelo primado da pronúncia; o dos «etimológicos» defendia a supremacia da etimologia.

O caso português é, em matéria ortográfica, bastante paradoxal, já que, a despeito de uma longa tradição escrita, só no século XX foi objeto de normatização oficial e, mesmo depois de 1911, continuou a ser assunto controverso, marcado ora por acertos ora por desacertos com o Brasil, país independente desde 1822, que não fora chamado a participar na unificação ortográfica de 1911. Tão curiosa situação leva Giuseppe Tavani a considerar a questão ortográfica como «um dos capítulos mais atormentados da história linguística portuguesa» (TAVANI 1987: 201). É neste contexto de anarquia gráfica (CASTRO *et al.* 1987) que um governo republicano, com o objetivo de reformar, unificar e simplificar as «grafias portuguesas» (VIANA 1904)³⁰, intervirá nesta matéria, o que acontece, pela primeira vez, na história da escrita do português, tornando oficiais, em 1911³¹, as *Bases da unificação da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e publicações oficiais*³². Sobejamente conhe-

²⁶ A nomeação, por portaria do Governo da República, é de 15 de fevereiro de 1911, sendo o Relatório publicado no *Diário do Governo* n.º 230, de 12 setembro de 1911.

²⁷ De acordo com Gonçalves Viana (1904: 185), que anos depois viria a ser relator da Comissão Ortográfica, «Hipólito» podia registar 192 variantes gráficas.

²⁸ Fundada em 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa debateu a questão ortográfica nas suas sessões, conforme atestam algumas *Memórias de Litteratura* publicadas entre 1792 e 1793. Dada a sua natureza, a Academia portuguesa nunca assumiu o papel de outras academias europeias, todas elas, ao contrário da de Lisboa, centradas em matérias linguísticas. No entanto, as obras saídas dos prelos da Academia terão funcionado como modelo ortográfico, que, no caso, teria cariz etimológico ou misto.

²⁹ A primeira menção à situação ortográfica, publicada no *Diário do Governo* – «Direcção Geral de Instrucção Publica», ocorre em 20 de setembro de 1897: determinava-se então que, não estando permitidos os «systemas e reformas de orthographia» veiculados por meio de «livros e textos destinados ao ensino», se mantivesse a «orthographia usual» nas escolas, liceus e na Universidade de Coimbra, bem como na Imprensa Nacional e nas demais oficinas tipográficas do estado.

³⁰ Trata-se da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, obra que forneceu o essencial das Bases da ortografia oficial (1911). Dela existe um exemplar na Biblioteca do Exército. Cota: 4818 BE.

³¹ Em 1907, vários membros da Academia Brasileira de Letras já tinham elaborado um projeto de reforma e simplificação da ortografia da língua portuguesa.

³² O exemplar da Biblioteca do Exército tem a cota 10326-22-3 BEP.

cida, a história que se seguiu levou a que, durante a maior parte do século xx, existissem duas normas nacionais: a portuguesa e a brasileira.

Na Biblioteca do Exército, ademais das obras dos já referidos Barbosa Leão e Bonança, localizam-se obras de nomes relevantes da história das ideias ortográficas em Portugal, a saber: Duarte Nunes de Leão (1576), Franco Barreto (1671) e Madureira Feijó (1739).

A Nunes de Leão (1530-1608) deve-se um dos primeiros tratados ortográficos da língua portuguesa – *Orthographia da lingua portuguesa: obra util & necessaria assi pera bem screuer a lingua Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem; Item hum tractado dos pontos das clausulas* [25] –, uma das preciosidades bibliográficas da Biblioteca do Exército. Publicada em 1576, apenas dois anos depois de terem vindo a lume as *Regras que ensinam a maneira de escrever* e a *Orthographia da língua Portuguesa* (1574), de Magalhães de Gândavo, a obra metaortográfica³³ de Nunes de Leão traduz a urgência de uniformização dos usos escritos do nosso vernáculo. A normatização intentada por Leão não travou nem impediu, como é evidente, a proliferação dos mais díspares sistemas, em função do predomínio do critério da pronúncia ou, pelo contrário, da etimologia. Na verdade, a ortografia delineada por Nunes de Leão reflete a *forma mentis* (classicista) de Quinhentos, muito embora Fernão de Oliveira, na sua *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, publicada quarenta anos antes da *Orthographia*, atentasse mais na pronúncia do seu tempo do que nas origens da língua. Com efeito, ao invés de João de Barros, cuja gramática era bastante mais canónica do que a do seu antecessor e incluía as partes tradicionais, uma delas dedicada à ortografia, Oliveira não prescreve regras ortográficas. Por outro lado, é de realçar que a *Orthographia* (1576) [25] de Nunes de Leão traduz a perspetiva histórica que permeia a produção do autor, com destaque para o primeiro intento, em Portugal, de uma história do português: *Origem da Lingoa Portugetua* (1606).



FIG. 4 LEÃO 1576 [25], folha de rosto.

³³ No frontispício da obra apresenta-se como «Nunez do Lião».

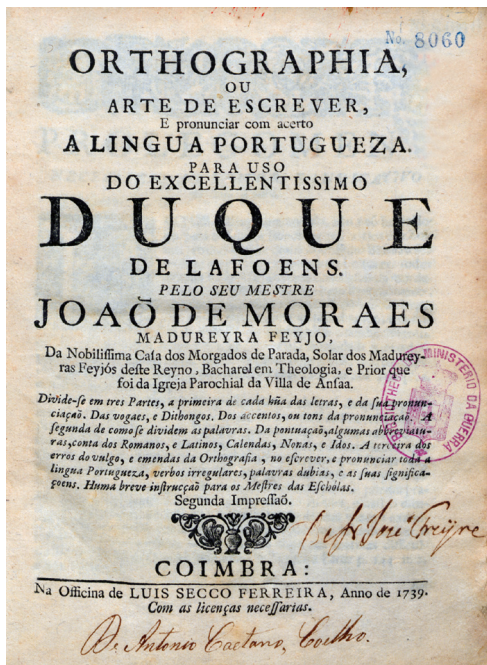


FIG. 5 FEIJÓ 1739 [629], folha de rosto.

Em 1784, as duas obras tiveram uma edição conjunta («Nova edição, correcta, e emendada») da Typographia Rollandiana, visando, em palavras do editor, pô-las ao dispor «dos que se abalançarem ao desempenho do *Programma* da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre a composição de huma *Grammatica Filosofica da Lingua Portuguesa*». Esta edição setecentista está disponível na Biblioteca do Exército [815], assim como a edição quinhentista da *Orthographia* de Duarte Nunes de Leão [25].

Publicada por João Franco Barreto (c. 1600-c. 1674), no período filipino, a *Ortografia da Lingua Portuguesa* (1671) [75], que toma como referência vários gramáticos e ortógrafos castelhanos, é outra das preciosidades bibliográficas da Biblioteca do Exército. A perspetiva do ortógrafo privilegiava mais a realidade da língua viva do que o vínculo desta com as origens greco-latinas, distanciando-se, assim, da linha seguida por Nunes de Leão. Embora não represente, em rigor,

uma corrente «fonográfica», ao jeito da inovadora «ortografia kastellana» (1624/1630) de Gonzalo Correias, Franco Barreto não alinha nem com Nunes de Leão nem com Madureira Feijó (1688-1741), o mais famoso autor do género metaortográfico. Madureira – assim era conhecido no seu tempo – publicou uma *Orthographia* (1734) na qual propunha um sistema assente na etimologia e em soluções pseudoetimológicas (GONÇALVES 1992; 2003: *passim*; KEMMLER 2001; 2006), reforçando a conexão da escrita portuguesa com as origens históricas e com práticas gráficas decorrentes do uso. Além de expor as regras «para escrever e pronunciar com acerto a língua Portuguesa», a *Orthographia* distingue-se pelo cariz paralexiconográfico, já que inclui uma lista alfabética de palavras (383 das 546 páginas) com as respectivas glosas ou definições, oferecendo-se ao estudante como um verdadeiro *vademecum*, visto contemplar regras de ortografia, vocabulário e rudimentos gramaticais. Isto justifica a grande receção da *Orthographia* (com reimpressões até 1861³⁴). Na Biblioteca do Exército encontram-se as duas impressões (Lisboa e Coimbra) da segunda edição [629 e 630].

³⁴ Nesta data, vinha a lume a segunda edição dos *Elementos de Orthographia Portuguesa* (1834/1861), de José Tavares de Macedo, um dos muitos manuais que pretendiam fixar uma norma gráfica, fosse ela de pendor «etimologizante» ou mais «fonetizante». Cota: 1679 DAA.

Conforme atestam as muitas obras publicadas ao longo do século XIX, a ausência de uma regulação oficial leva à produção de vários dicionários ortográficos, entre eles os seguintes: *Vocabulario ortographico da lingua Portugueza* (1896)³⁵, de Gaspar Álvares Marques, e *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa: conforme a Ortografia Nacional* (1909)³⁶, de Gonçalves Viana.

DICIONÁRIO

O terceiro elemento da tríade codificadora – dicionário (lat. med. *dictionarium*, do lat. *dictio*) – é um precioso auxiliar pedagógico-didático. Dada a sua organização alfabética (macroestrutura), este género metalinguístico permite dois tipos de consulta e leitura: no eixo vertical (ordem alfabética) possibilita a fácil localização de uma palavra (lexema) e no eixo horizontal (microestrutura) faculta informação semântica acerca dessa unidade, bem como outras informações relativas ao uso desta.

Quanto às origens do dicionário, é hoje consensual que a conexão entre antigas listas de palavras (Mesopotâmia, Egito) e os dicionários propriamente ditos apenas deve ser entendida como uma mera aproximação. Entre os Gregos, cuja reflexão filosófico-gramatical revelava grande interesse pelo significado das palavras, o que se encontra é uma prática muito distante da verdadeira lexicografia, porquanto esta assenta numa conceptualização/hierarquização do léxico e numa técnica para elaborar dicionários, condições que só mais tarde, ultrapassadas as especulações metafísicas em torno das palavras, estariam reunidas.

Entre os antecedentes da dicionarística moderna contam-se, indubitavelmente, as glosas medievais, que, por serem anotações explicativas de palavras latinas cujo significado se tornara opaco, cumpriam uma função que se assemelha, *mutatis mutandis*, à da definição (sinonímica ou perifrástica) incluída nos dicionários. Para o exercício lexicográfico terão igualmente contribuído os repertórios de conhecimentos³⁷, ainda que estas compilações não tivessem como objetivo definir as palavras.

No Renascimento, por sua vez, surgem algumas das obras mais relevantes da tradição lexicográfica ocidental, como é o caso do *Dictionarium* (1502), de Ambrósio Calepino (c. 1440-1510), obra poliglota conhecida simplesmente com o nome do autor e que, nas suas múltiplas edições, incorporou um número crescente de línguas. O Calepino, dicio-

³⁵ É a quinta edição, o que mostra a grande utilidade deste género de obras. Cota: 36.499 BE.

³⁶ Depois de aprovadas as *Bases* (1911) da ortografia, em 1912 este *Vocabulário* adotou os princípios nelas estabelecidos, contribuindo assim para a ilustração prática (em 100 mil palavras) da ortografia oficial. Cota: 0233-01-F BMMP.

³⁷ Por exemplo, as *Etymologiae*, de Santo Isidoro de Sevilha (560-636).

nário que foi um dos «instituidores da lexicografia moderna» (VERDELHO 1999: 125), teve enorme êxito editorial, registando 211 edições (Labarre *apud* VERDELHO 1999: 125), impressas em vários países. Também em Portugal, o dicionário italiano conheceu ampla recepção, repercutindo-se, por exemplo, em Amaro de Roboredo (VERDELHO 1999), cujas obras pedagógicas enriquecem, junto com o Calepino³⁸, os acervos da Biblioteca do Exército [226, 227, 228 e 458].

A lexicografia portuguesa (bilingue) inicia-se com o *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (1562), de Jerónimo Cardoso (c. 1508-1569), obra que apresenta a primeira «alfabetação geral do léxico português» (VERDELHO e SILVESTRE 2007: 90) e, décadas depois, o *Dictionarium Lusitanico Latinum* (1611), de Agostinho Barbosa (*fl.* 1590-1649), obras bilingues que tiveram como referência a produção lexicográfica europeia anterior e a coetânea. O dicionário de Cardoso teve várias edições, entre elas a de 1592, uma das preciosidades do património textual conservado na Biblioteca do Exército: *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* [13].

Na tradição inaugurada por Cardoso inscreve-se Bento Pereira (1605-1681), autor da escola eborense, que, além da famosa *Prosodia* (1634), produziu não só textos lexicográficos de vários escopos – o *Thesouro da Lingua Portuguesa* (1647) e o *Florilegio dos modos de falar, e adagios da lingua portugueza* (1655)³⁹ – como também outros géneros metalinguísticos (gramática e ortografia), obras que, no seu conjunto, configuram um verdadeiro e completo «programa linguisticográfico». A empresa prosseguiu mesmo após a morte do mestre eborense (1681), prolongando-se pelo século XVIII, altura em que a proibição dos manuais inicianos ditou a proscricção da *Prosodia*, interrompendo-se assim um percurso com doze edições e mais de cento e vinte anos (SILVESTRE 2013; CAMERON 2012).

Além da *Prosodia* [1015], os acervos da Biblioteca do Exército contam com duas obras fundamentais da dicionarística portuguesa: o *Vocabulario Portuguez, e Latino*, de Rafael Bluteau (1638-1734) [419], e o *Diccionario da Lingua Portugueza*, de António de Moraes Silva (1755-1824) [1269]. Embora o título inclua o latim, o primeiro é já, essencialmente, um dicionário centrado no português (SILVESTRE 2008), oferecendo quer a textualização das palavras, quer a marcação lexicográfica dessas unidades (GONÇALVES 2006), assim como muitas outras informações que, dada a sua feição enciclopédica, fazem deste dicionário um verdadeiro monumento não só da língua mas também da cultura portuguesa. Aos oito volumes do *Vocabulario*, Bluteau acrescentou outros dois, de *Supplemento* (1727-1728).

³⁸ É de 1772 a edição existente na Biblioteca do Exército: *Septem linguarum calipinus, hoc est lexicon latinum, Variarum Linguarum interpretatione adjeceta in usum seminarii Patavini*, Patavii, Joannem Manfrè [458].

³⁹ Natural de Borba, Bento Pereira é um dos mais famosos mestres do Colégio do Espírito Santo de Évora.

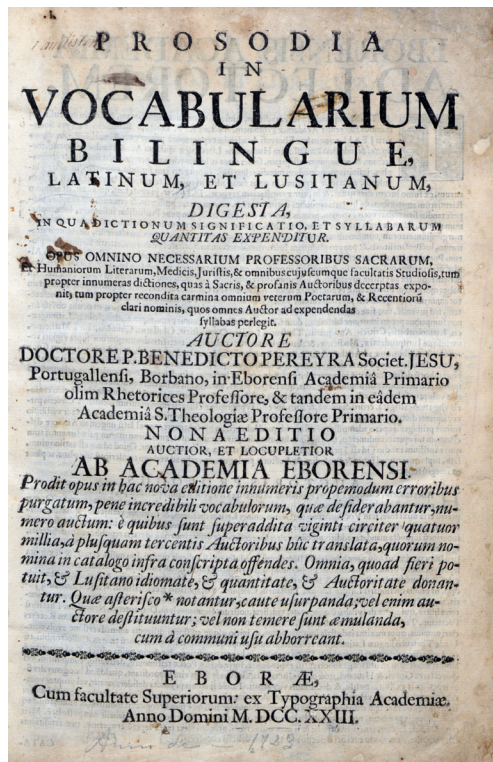


FIG. 6 PEREIRA 1723 [1015], folha de rosto.

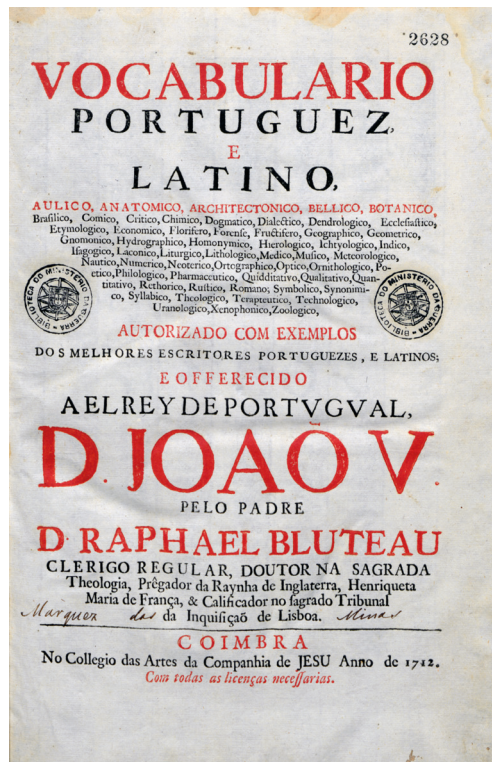


FIG. 7 BLUTEAU 1712-(1728) [419], folha de rosto.

Esses dez volumes, tal como as *Prosas Portuguezas* (1728) do mesmo autor, enriquecem os fundos da Biblioteca do Exército [419 e 417].

O *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau* (1789)⁴⁰ [1269] foi elaborado por António de Moraes Silva com base no *Vocabulario*, atualizando e reduzindo a nomenclatura deste (GONÇALVES 2012). A partir da segunda edição (1813), o Moraes⁴¹ já não menciona Bluteau.

Além destas obras magnas, nos fundos da Biblioteca do Exército encontram-se outros dicionários de vários escopos: *Diccionario lusitanico-latino de nomes proprios de Regioens; Reinos; Provincias; Cidades* (1667) [203], de Frei Pedro de Poiaries; *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim anti-*

⁴⁰ Dos acervos da Biblioteca do Exército consta apenas um dos dois volumes da primeira edição (1789) [1269].

⁴¹ Na Biblioteca do Exército encontra-se igualmente um exemplar das edições de 1823 (terceira), 1877 (sétima) e 1889 (nona).

gas, como modernas (1747) [472], do Pe. Luís Cardoso; *Diccionario da Lingua Portugueza* (1783) [760], de Bernardo de Lima e Melo Bacelar; *Diccionario da lingua portuguesa* (1793) [1053], da Academia Real das Ciências; *Diccionario dos synonymos, Poetico e de Epithetos da Lingua Portugueza* (1848)⁴², de José Inácio Roquete e José da Fonseca; *Novo Diccionario da Lingua Portugueza* (primeira edição, 1849; segunda edição, 1850; terceira edição, 1855)⁴³, de Eduardo de Faria; o *Novissimo Diccionario dos Synonymos da Lingua Portuguesa com reflexões criticas* (1860)⁴⁴, de José Maria de Almeida e Correia de Lacerda; *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza* (1871-1874)⁴⁵, de Fr. Domingos Vieira; *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza* (11.ª edição, 1877)⁴⁶, de F. Solano Constâncio; *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza* (1881)⁴⁷, dirigido por António Lopes dos Santos Valente; *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portugueza* (1890)⁴⁸, de Francisco Adolfo Coelho.

NOTAS FINAIS

As obras atrás destacadas não esgotam, evidentemente, o rol de títulos relevantes do património linguisticográfico existente na Biblioteca do Exército, tanto mais que o foco incidiu apenas na produção codificadora relativa à língua materna – gramática, ortografia e dicionário –, pondo de remissa quer as obras relativas ao latim e ao grego, quer as referentes a outras línguas europeias e extraeuropeias, inclusive aquelas em que o português com elas era confrontado. Entre as obras não integradas na tríade codificadora haveria que mencionar, por exemplo, as *Reflexões sobre a Lingua Portugueza* (1842)⁴⁹, de Francisco José Freire (1719-1773), polígrafo setecentista que as deixou inéditas, vindo a ser publicadas, no século seguinte, por Cunha Rivara; o *Genio da Lingua Portugueza ou Causas Racionaes e Philologicas* (1858)⁵⁰, de Francisco Evaristo Leoni, obra que, a despeito da referência à «filologia», ainda não opera com o novo paradigma dos estudos linguísticos; *O escholiaste portuguez*

⁴² Cota: 10188-35-2 BEP.

⁴³ Cota: 784/B BE

⁴⁴ Cota: 1917-05-H BMMP.

⁴⁵ Cota: 2641-17-3 BEP.

⁴⁶ Cota: 2411-7-2 BEP.

⁴⁷ Cota: 7795-16-5 BEP.

⁴⁸ Cota: 7951-16/A-1 BEP.

⁴⁹ Cota: 5.006/A BE.

⁵⁰ Cota: 3056 e 3057 DAA.

(1884)⁵¹, de António Maria de Almeida Neto (1836-?), dicionário gramatical e filológico que reúne a terminologia linguística da época, ou as *Novas lições práticas da lingua portugueza* (1893)⁵², de Cândido de Figueiredo (1846-1925).

A amostra é, pois, sobejamente demonstrativa da variedade e riqueza dos fundos da Biblioteca do Exército, quer no tocante ao património textual do português, quer no referente aos géneros textuais que contribuíram, ao longo de séculos, para a codificação e descrição da língua materna.



[227]

⁵¹ Cota: 35.343 BE.

⁵² Cota: 10355-23-3 BEP.

BIBLIOGRAFIA

- ASSUNÇÃO, Carlos e Gonçalo FERNANDES (2007) – «Amaro de Robredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos». In Amaro de Robredo, *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Edição fac-similada. Prefácio e estudo introdutório de [...]. Vila Real: UTAD, p. XI-CII.
- AUROUX, Sylvain (1992) – *A revolução tecnológica da gramatização*, trad. Eni Pucinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1881) – *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, 7.^a ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BONANÇA, João (1905) – *Grammatica portugueza segundo a indole e os principios da lingua primitiva com a reforma orthographica, verdadeira origem das letras e das palavras. Um livro para os moços e para os velhos*. Lisboa: Typ. da Cooperativa Militar.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984) – *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CAMERON, Helena (2012) – *A Prosodia de Bento Pereira: contributos para o estudo lexicográfico e filológico*. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Aveiro: Universidade de Aveiro [Em linha]. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/handle/10773/10289?mode=full>>. Consult. a 20 de novembro de 2016.
- CARDOSO, Simão, comp. e org. (1994) – *Historiografia gramatical (1500-1920) – Língua Portuguesa – Autores Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras.
- CASTRO, Ivo (2006) – *Introdução à história do português*, 2.^a ed. revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri.
- CASTRO, Ivo, Inês DUARTE e Isabel LEIRIA, org. (1987) – *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- COELHO, F. Adolfo (1890) – *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza: contendo a significação e prosodia*. Lisboa: P. Plantier.
- COSERIU, Eugenio (1991) – *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Rio de Janeiro: Presença.
- DIAS, A. Epifânio da Silva (1882) – *Grammatica portugueza elementar*, 5.^a ed. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a.
- DIRECÇÃO GERAL DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA SUPERIOR E ESPECIAL (1911) – *Bases para a unificação da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e publicações oficiais: relatório da Comissão nomeada por portaria de 15 de Fevereiro de 1911, novamente revisto pelo relator*. Ministério do Interior. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FREIRE, Francisco José (1842) – *Reflexões sobre a língua portugueza*. Lisboa: Typographia Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
- GONÇALVES, Maria Filomena (1992) – *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: ICALP.
- GONÇALVES, Maria Filomena (1996) – «Antigas ortografias portuguesas e paralexigrafia no século XVIII». *Alfa – Revista de Linguística*. São Paulo, Araraquara. 40, 103-117 [Em linha]. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3998>>. Consult. a 12 de outubro de 2016.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2003) – *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2006) – «A marca lexicográfica “termo do Brasil” no Vocabulário Portuguez e Latino de D. Rafael Bluteau». *Alfa – Revista de Linguística*. São Paulo, Araraquara. 50:2, 205-228.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2009) – «Ortografia e ideologia: a geração sónica». In Maurício Silva, org. – *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações*. São Paulo: Editora Contexto, p. 95-113.
- KEMMLER, Rolf (2001) – «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911». *Lusorama*. Frankfurt am Main. 47-48, 128-319.
- KEMMLER, Rolf (2012) – «Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721, 1725)». *Limite*. Cáceres. 6, 75-101. Disponível em: <www.revistalimite.es/volumen%206/05kemm.pdf>. Consult. a 12 de outubro de 2016.

- KOSSARIK, Marina A. (2002) – *Amaro de Roboredo, Methodo grammatical para todas as línguas*, ed. de [...]. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LEÃO, José Barbosa (1886) – *Elementos de gramática portuguesa*. Porto: Tipografia de António Jozé da Silva Teixeira.
- MACHADO, Ulisses (1908) – *Gramática portuguesa*. Lisboa: Pap. e Typ. Estêvão Nunes & F.
- MARTINELL GIFRE, Emma e Mar CRUZ PIÑOL, ed. (1996) – *La conciencia lingüística en Europa. Testimonios de situaciones de convivencia de lenguas (ss. XII-XVIII)*. Barcelona: PPU.
- MARTINS, Ana Maria (1999) – «Ainda os mais antigos textos escritos em português: documentos de 1175 a 1252». In Isabel Hub Faria, org. – *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos/FLUL, p. 491-534.
- NETO, António Maria de Almeida (1884) – *O escholiaste portuguez: ou subsidios litterarios grammaticae, philologicos e rethoricos compilados dos melhores auctores e divididos em tres partes accommodadas ao estudo elementar e complementar da lingua portugueza*, 2 vols. Lisboa: Typographia Universal.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1987) – *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo/Brasília: HUCITECE/Editora Universidade de Brasília.
- Noções de grammatica portugueza (para o 1.º anno) do curso da classe de sargentos das escolas regimentaes*. 1885.
- Ó MATHÚNA, Seán P. (1986) – *William Bathe, S. J., 1564-1614. A pioneer in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- OLIVEIRA, Bento José de (1872) – *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores, e coordenada para uso das escolas*.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio (2002) – «O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII». *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série Línguas e Literaturas. Porto. 19, 491-520.
- RANAURO, Hilma (2015) – *Para compreender uma Gramática filosófica. Uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philosophica de Jerónimo Soares Barbosa*. Niterói: Alternativa.
- SANTOS, Maria Helena Pessoa (2010) – *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*, I, II Parte. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino superior.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (2015) – «A gramática racionalista em Portugal no século XVII: a obra de Amaro de Roboredo». In Sónia Duarte e Rogelio Ponce de León, org. – *A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Porto: FLUP e-DITA, p. 41-52.
- SILVESTRE, João Paulo (2008) – *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SILVESTRE, João Paulo (2013) – «A *Prosódia* manuscrita da Biblioteca Pública de Évora (BPE-CXIII-2-26). Um elo perdido na tradição lexicográfica portuguesa». In Maria Filomena Gonçalves e Ana Paula Banza, org. – *Património textual e Humanidades digitais – Da antiga à nova Filologia*. Col. Biblioteca – Estudos & Colóquios, e-book, 1. Évora: CIDEHUS-UÉ/FCT, p. 57-71 [Em linha]. Disponível em: <<http://books.openedition.org/cidehus/1086>>. Consult. a 20 de novembro de 2016.
- TORRES, Amadeu (2004) – «Duzentos anos depois – Comentário proemial». In Jerónimo Soares Barbosa – *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, ed. fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, p. 1-35.
- VALENTE, António Lopes dos Santos (1881) – *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VERDELHO, Telmo (1995) – *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- VERDELHO, Telmo (2007) – «Dicionário de Jerónimo Cardoso». In Telmo Verdelho e João Paulo Silvestre, org. – *Dicionarística portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 90-114.
- VERDELHO, Telmo e João Paulo SILVESTRE (2007) – *Dicionarística portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ZWARTJES, Otto (2001) – *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins.